



A classificação orgânico-funcional: saber arquivístico para a compreensão dos fluxos informacionais

Ana Margarida Dias da Silva

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CIC-Digital Porto / CITCEM
margaridadiasdasilva@gmail.pt

Leonor Calvão Borges

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CIC-Digital Porto / CITCEM
leonorc Borges@gmail.com

Cristiana Freitas

CEIS20
cristiana.vf@sapo.pt

Diogo Vivas

CEIS20 / FLUC
Arquivo Municipal de Lagoa (Algarve)
diogoantoniovivas@gmail.com

Resumo:

A classificação em arquivos pode seguir critérios orgânicos, funcionais ou temáticos, ou conjugar duas das características anteriores. Este recurso metodológico é hoje entendido como um instrumento de organização intelectual da informação, conciliando igualmente os objetivos de representação e recuperação da informação.

O objetivo do trabalho é identificar a produção académica no âmbito da arquivística sobre esta matéria e descrever os modelos propostos, analisando ainda o(s) tipo(s) de quadro(s) e/ou plano(s) de classificação estudados em Portugal durante os últimos 10 anos. Para isso, pesquisaram-se dissertações de mestrado e teses de doutoramento nas áreas da Ciência da Informação e da Arquivística realizadas nas universidades do Algarve, Coimbra, Évora, Lisboa (FLUL e FCSH-UNL) e Porto (FLUP), com a respetiva análise crítica.

Paralelamente, analisam-se as diretivas da tutela relativamente à classificação, de forma a fazer o contraponto com a formação dos profissionais ao nível do ensino universitário.

Conclui-se que a tutela regulamente pragmaticamente para os arquivos correntes e administrativos, enquanto a academia produz conhecimento ao nível da classificação em arquivos definitivos ou históricos e defende, maioritariamente, que a classificação aplicada aos arquivos não pode estar dissociada do contexto de produção, e que

importa reconhecer o papel da história das instituições e dos indivíduos, o que significa uma rejeição total por qualquer aplicação de quadros apriorísticos.

Palavras-chave: classificação, teoria arquivística, história institucional, organização e acesso à informação

Abstract: Classification in archives can follow organic, functional or thematic criteria, or combine two of the previous characteristics. This methodological resource is now understood as an instrument for the intellectual organization of information, also reconciling the objectives of representation and retrieval of information.

The objective of this work is to identify the academic production in the field of archives on this subject and to describe the proposed models, also analyzing the type (s) of the table (s) and / or classification plan (s) studied in Portugal during the last 10 years. In order to do so, a research was carried out in Master's dissertations and PhD theses in the areas of Information Science and Archival Science were carried out at the universities of Algarve, Coimbra, Évora, Lisboa (FLUL and FCSH-UNL) and Porto (FLUP), along with the respective critical analysis.

At the same time, the coordinating body's directives regarding the classification are analyzed, in order to counteract the training of professionals at university level.

It is concluded that the coordinating body regulates pragmatically for active records, while academia produces knowledge at the level of classification in definitive or historical archives and argues, for the most part, that the classification applied to archives cannot be dissociated from the context of production, and that it is important to recognize the role of the history of institutions and individuals, which means a total rejection by any application of aprioristic classification scheme.

Key-words: archival theory, institutional history, information management and access

Introdução

Os planos de classificação são concebidos numa lógica de agrupamento de “coisas” que têm algo em comum. A classificação não é, portanto, exclusiva dos arquivos ou que só a eles aplicável. De facto, podem-se encontrar formas de classificação em quase tudo o que nos rodeia, desde a simples rotina diária e aspetos mais banais do quotidiano até ao mais elaborado sistema de tecnologia nuclear, uma vez que “no conceito de classificação está, portanto, implícita a ideia de arrumação e o sentido prático de localização” (Ribeiro, 1998, 119). Embora este conceito esteja sempre

na base de qualquer plano de classificação, ou seja, a necessidade tanto de “arrumação” como de recuperação da informação, nem todos os organismos responsáveis pela elaboração dos planos seguem um modelo comum e uniforme, nem tão pouco entendem a informação e os documentos de arquivo da mesma forma: “some of these models are not sequential arrangements of functions, sub-functions, activities, or business processes as proposed in this paper, but alphabetical arrangements of titles one level below the function” (Sabourin, 2001, 142).

A classificação funcional dá o enfoque exclusivamente às funções, e a classificação orgânica tem em atenção, por sua vez, à estrutura orgânica da entidade produtora. Porém, nem todos conseguem ser realmente puros, daí existirem planos orgânico-funcionais ou temático-funcionais. Existem planos que abrem o espectro procurando englobar todo e qualquer tipo de documentação, outros que afunilam e ainda aqueles que colocam o enfoque no utilizador/cliente.

Breve enquadramento da classificação em arquivos em Portugal

A classificação de arquivos em Portugal desenvolveu-se, até meados dos anos 90 do século XX, apenas no âmbito dos arquivos definitivos, não sendo os arquivos ativos ou correntes¹ objeto de estudo pela maior parte dos arquivistas.

Tanto a formação, como a prática profissional eram, de facto, dirigidas aos arquivos históricos, assim como as orientações dos órgãos coordenadores da área, para organização e descrição de arquivos de conservação permanente.

A criação do Instituto Português de Arquivos (IPA) pelo Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de abril, com o objetivo de planear e estabelecer um sistema nacional de arquivos que visava a coordenação e execução de uma política arquivística integrada viria a introduzir algumas alterações a esse posicionamento.

Assim, foi iniciada uma revisão global do regime jurídico dos arquivos, que se iniciou com a publicação de Decreto-lei n.º 447/88, de 10 de dezembro, que regula a pré-arquivagem da documentação, obrigando à reformulação das portarias de avaliação documental, e, numa segunda fase, visa o estabelecimento de princípios de gestão das designadas “funções meio”, ao abrigo do Decreto-lei n.º 121/92, de 2 de julho. Essa produção legislativa, foi ainda acompanhada da publicação de orientações técnicas sobre gestão documental, em 1990, da autoria de João Vieira.

¹ Refira-se, aliás, que a própria formação superior necessária ao desempenho de funções só contempla uma disciplina sobre “gestão de dossiers” (seguindo a tradição francófona) apenas aquando da criação, em 1983, do Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD), só ministrada em Lisboa.

Contudo, em termos de organização de arquivos históricos, o IPA promoveu, a elaboração de quadros de classificação genéricos e apriorísticos para serem aplicados em arquivos definitivos, dos quais o exemplo mais conhecido e difundido é o Quadro de Classificação para os Arquivos Municipais, da autoria de José Mariz, “destinado ao arquivo definitivo ou histórico, não contemplando, por isso, documentação de conservação temporária”, tendo sido elaborado após “estudo detalhado da evolução da instituição municipal desde o século XVI” (Mariz, 1992, 146). Ainda dentro do IPA, também os arquivos de família, e os das misericórdias foram objeto de orientações por Pedro Abreu Peixoto, em 1991, e Manuela Ferrão Magalhães, em 1992, respetivamente.

Aliás, os mencionados quadros de classificação apriorísticos, desenvolvidos para os arquivos municipais e para as misericórdias, serviram de base ao “Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias”², levado a cabo no âmbito do Programa Nacional de Inventário do Património Cultural Móvel, iniciado em 1993, sob a responsabilidade dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT). Embora se constitua como um importante instrumento de acesso à informação, a aplicação do quadro de classificação “normalizado” passível de ser aplicado em todos os arquivos municipais, não foi consensual, na medida em que numa área do conhecimento que pretende ser uma ciência, como o é a Arquivística, o conhecimento científico da informação, que permite manter e/ou reconstituir o seu contexto orgânico e sistémico, deve anteceder e sobrepor-se ao acesso à informação “sob pena de se distorcer a ordem natural das coisas” (Silva, 1996, 170).

Como vimos, Portugal começou assim a construir a sua política de classificação da informação/documentação com a publicação de legislação que regulasse a avaliação e seleção documental, com o objetivo de resolver uma situação que se estava a tornar um sério problema na Administração Pública

Num segundo momento, dedicou-se à construção de um instrumento que regulasse a produção e classificação da informação/documentação em arquivos ativos.

É neste contexto que surge o desenvolvimento da Macroestrutura Funcional (MEF) realizado em três momentos distintos.

Em 2004, e na sequência do Decreto-lei n.º 121/92, elaborou-se a Macroestrutura Temática (MET), na qual se procurou organizar e distinguir as funções-meio das funções-fim, através da definição de classes temáticas dentro de cada organismo, de acordo com as suas necessidades e atividades, tendo a aplicação deste instrumento durado até 2008.

² Entre 1995 e 2000 foram publicados 16 volumes que contemplam os distritos de: Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Portalegre, Vila Real, Faro, Coimbra, Leiria, Aveiro, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Guarda, Viseu, Bragança e Santarém.

Segue-se, a partir de 2008, o desenvolvimento da MEF, com o objetivo de “contribuir para incrementar a interoperabilidade semântica nas trocas documentais entre os serviços da Administração Pública, respondendo à necessidade de uma linguagem comum para representação da informação e assegurando a capacidade de um sistema (informatizado ou não) de comunicar de forma transparente com outro sistema (semelhante ou não)”, como é referido no site da DGLAB³, que aprofundou o carácter transversal e supraministerial deste instrumento, permitindo elevar a política de classificação da informação a um nível superior de aplicação possibilitando uma uniformização da gestão documental dentro da Administração Central do Estado. A MEF assenta numa base conceptual de elaboração funcional (DGLAB, 2013).

Em 2012 manteve-se o modelo conceptual, alargando a sua aplicação também à Administração Local, que resultou na apresentação em 2014 a versão 0.2 do Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local (PCIAAL) que, sendo um plano conforme à MEF, integra as classes de 1º e 2º níveis (funções e subfunções da Administração) e desenvolve o 3º nível (processos de negócio desenvolvidos pela Administração) igualmente numa perspetiva funcional (DGLAB, 2014, 6) e apresenta-se como um instrumento de gestão da informação transversal e suprainstitucional.

Por último, refira-se o lançamento, em 2018, da plataforma com a “Lista Consolidada para a classificação e avaliação da informação pública” (CLAV) onde se encontra representada a estrutura hierárquica das funções e subfunções conforme à MEF e dos processos de negócio executados pela Administração Pública. , com o objetivo de “incrementar a utilização pelas entidades da AP de um referencial comum para a classificação e avaliação da informação (Lourenço, Ramalho, Gago e Penteado, 2018).

Metodologia

Para responder ao objetivo, e como metodologias, foi feita uma revisão da literatura e um estudo de caso de carácter exploratório, com levantamento de dados nos repositórios institucionais de universidades públicas portuguesas onde são ministrados mestrados e doutoramentos em Ciência da Informação:

- Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Especialização em Ciências Documentais e Mestrado em Ciências Documentais;

³ <http://arquivos.dglab.gov.pt/programas-e-projectos/modernizacao-administrativa/macroestrutura-funcional-mef/macroestrutura-funcional-mef/>

- Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, Ciência da Informação, Mestrado em Ciência da Informação, e Doutoramento em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica;
- Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, e Doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação;
- Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Mestrado em Ciências da Documentação e Informação (Arquivística), e Doutoramento em História, História contemporânea;
- Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação (Arquivística), Mestrado em História Contemporânea, Mestrado em Património, e Doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica;
- Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Mestrado em Ciência da Informação, Mestrado em História e Património – ramo Arquivos Históricos, e Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais⁴.

A pesquisa teve como balizas temporais os últimos dez anos (2008-2018), e objeto as dissertações, teses e relatórios e trabalhos de projeto tendo em vista a obtenção do grau de mestre ou doutor, que versem a classificação em arquivos, sendo analisadas apenas aquelas em acesso aberto. A pesquisa foi efetuada nos meses de janeiro e fevereiro de 2019.

Análise dos Resultados

Das pesquisas efetuadas nas seis universidades, resultaram 80 trabalhos académicos relativos à classificação:

- FCHS-UAlg: de um total de 12 dissertações de mestrado, há uma dissertação de mestrado que faz classificação de arquivo.
- FLUC: de um total de 52 dissertações de mestrado e sete teses de doutoramento, há apenas seis dissertações de mestrado que abordam a questão da classificação.
- FLUL: de um total de 105 trabalhos, há 34 trabalhos sobre classificação: 25 dissertações de mestrado, seis relatórios de estágio, dois trabalhos de projeto e uma tese de doutoramento.

⁴ Os autores agradecem a Abel Rodrigues a informação relativa às teses da Universidade do Porto.

- FCSH-UNL: de um total de 88 dissertações em Ciências da Informação, há 21 trabalhos sobre classificação: dez dissertações de mestrado, nove relatórios de estágio e duas teses de doutoramento.

- FLUP: de um total de 34, há 31 trabalhos sobre classificação: 11 dissertações de mestrado, 19 relatórios de estágio e uma tese de doutoramento.

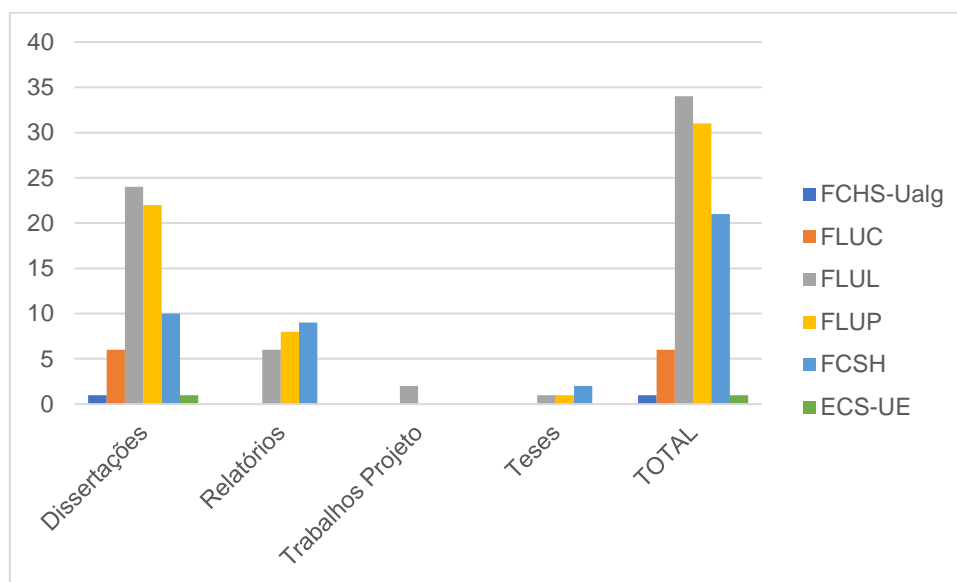


Gráfico 1 – produção académica sobre classificação

Fonte: repositórios científicos das universidades (elaboração própria).

Na FLUP, 87,1% das dissertações sobre classificação estão incluídas no curso de História e Património – Ramo Arquivos Históricos, sendo que só 9,7% das dissertações são em Ciência da Informação. A única tese de Doutoramento que aborda a temática é em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais.

Na FLUC há duas dissertações no 2º ciclo de Ciência da Informação e as quatro restantes realizadas ainda no mestrado de Informação, Comunicação e Novos Media.

Na FLUL são todas do 2º ciclo em Ciências da Documentação e da Informação, variante em Arquivística, e uma tese de Doutoramento no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea.

Na FCSH-UNL são 17 em Ciências da Informação e Documentação, área de especialização em Arquivística, uma em Património e uma dissertação em História Contemporânea; duas teses no doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica.

Os principais grupos de arquivos estudados são os da Administração Local (municípios), pessoais e familiares, os religiosos /eclesiásticos e os privados.

Grupo de arquivos	N.º	%	Grupo de arquivos	N.º	%
Administração Central	5	6	Militar	3	4
Administração Local	17	21	Órgão de soberania	2	3
Empresa	1	1	Pessoal	12	15
Escolar	4	5	Privado	8	10
Familiar	10	12	Religioso / Eclesiástico	9	11
Instituição pública	4	5	Universidade	5	6
Hospital	1	1	TOTAL	80	100

Tabela 1 – número de trabalhos académicos sobre classificação por grupos de arquivos

Fonte: repositórios científicos das universidades (elaboração própria)

A classificação orgânico-funcional é utilizada com larga maioria (66% - gráfico 2), com aplicação teórico-prática em todos os grupos de arquivos (tabela 3).

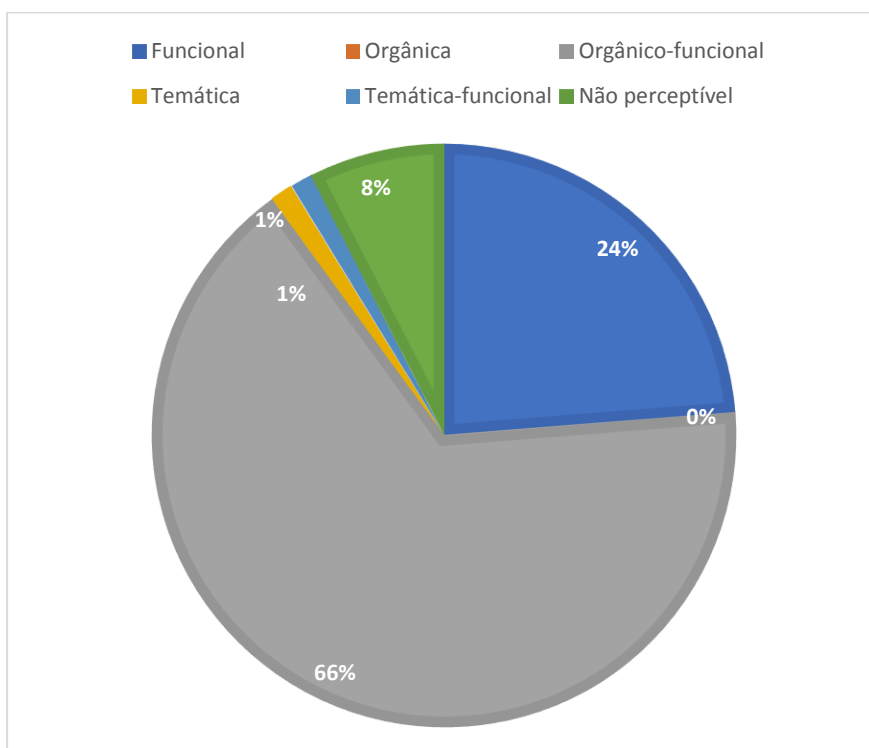


Gráfico 2 – tipo de classificação utilizada em trabalhos académicos

Fonte: repositórios científicos das universidades (elaboração própria).

Grupo de arquivo	Funcional	Orgânico-funcional	Temática	Temática-funcional	Total
Administração Central	1	4			5
Administração Local	2	10			12
Empresa	1				1

Escolas	2	2			4
Familiar	2	8			10
Instituição pública	3	1			4
Militar	1	2			3
Órgão de soberania	1	1			2
Pessoal	4	7	1		12
Privado		7		1	8
Religioso / Eclesiástico	2	7			9
Universitário	1	4			5
TOTAL	20	53	1	1	75⁵

Tabela 2 – relação entre grupos de arquivos e modelos de classificação aplicados

Fonte: repositórios científicos das universidades (elaboração própria).

Discussão

Existem vários tipos de planos de classificação que seguem modelos conceptuais, estruturas, codificações e designações das instâncias diferentes. A abordagem de Portugal tem seguido o princípio da interoperabilidade semântica, numa procura da transversalidade.

A classificação da informação/documentação é sempre útil e indispensável para qualquer organismo/serviço, revelando-se até vantajosa para as suas áreas de negócio. Reconhece-se que é um desafio para as instituições o planeamento, a elaboração e a execução de planos de classificação. Esta tarefa representa o chamar, nos nossos dias, da comunidade dos utilizadores, em particular da Administração Pública, para as questões da gestão e disponibilização da informação/documentação.

Apesar da existência de diretrizes pelo órgão coordenador (atuais ou não), não se confirma a utilização de quadros /planos definidos *a priori* mas uma predominância do orgânico-funcional. Fernanda Ribeiro considera o “fabrico de classificações-tipo, para serem aplicados a arquivos da mesma natureza”, “apriorísticos e produzidos para se aplicarem a arquivos desactivados, ou seja, a posteriori” como um contrassenso, “resultado de uma visão tecnicista da Arquivística” (Ribeiro, 1998, 194).

Segundo Fernanda Ribeiro, nos arquivos históricos privilegia-se a elaboração de quadros de classificação orgânico-funcionais “que tem em vista espelhar a estrutura e a atividade do organismo que produziu a informação, o que não deixa de ser uma vertente importantíssima da aplicação da classificação.” (Ribeiro, 2013, 531-532) com o objetivo de organizar intelectualmente a informação. No entanto, para a mesma autora,

⁵ Esta tabela reflete a análise das teses em acesso livre

a classificação serve, hoje, muito mais para “representar e recuperar informação”. (Ribeiro, 2013, 537).

Relativamente aos grupos de arquivos mais estudados ao nível da produção académica infere-se o seguinte.

A) Arquivos pessoais e familiares:

- 1) reportam-se na totalidade a informação histórica, salvaguardada em instituições públicas, já não na mão dos proprietários, autores e/ou produtores;
- 2) em todos os tipos de classificação aplicados há uma rejeição total por quadros apriorísticos (contrariamente ao proposto por Pedro Abreu Peixoto), defendendo os estudos biográficos e genealógicos e a análise detalhada das atividades e funções de cada pessoa e/ou membro da família para a compreensão da produção de informação;
- 3) privilegia-se uma abordagem orgânica-funcional (57%) e os autores consideram que os quadros resultantes dos estudos biográficos e genealógicos permitem uma aproximação mais real ao contexto de produção da informação,
- 4) a classificação orgânico-funcional surge associada (67%) ao modelo sistémico, ou seja, entende-se o arquivo pessoal e/ou familiar como um sistema de informação organizado ou operatório uma vez que se desenvolve em torno de uma entidade dotada de organicidade: a família;
- 5) na FLUP (87,5%) e na FCSH-UNL (62,5%) as dissertações aplicam a classificação orgânico-funcional e na FLUC 100% a funcional.

B) Arquivos religiosos:

- 1) As propostas de classificação apresentadas privilegiam a abordagem orgânico-funcional (sete teses) presente em todas as escolas estudadas, em detrimento da classificação funcional, representada por apenas duas teses da UNL e da FLUC;
- 2) A metodologia apresentada abarca diferentes propostas, desde o *metodo storico* (Lodolini), passando pela abordagem de base qualitativa assente no estudo de caso até ao método quadripolar ou à omissão do método utilizado;
- 3) Não obstante, uma predominância pela rejeição dos quadros apriorísticos, a adoção da abordagem orgânico-funcional, com enfoque no modelo sistémico.

C) Arquivos municipais:

- 1) A maioria reporta-se a informação histórica, embora em dois casos específicos a abordagem seja relativa a arquivos em fase ativa;
- 2) Ao contrário do verificado nos arquivos de família, nestes arquivos a rejeição de modelos apriorísticos não é total: nalguns casos refere-se como modelo a trabalhar o quadro de classificação de José Mariz, e, nos arquivos em fase ativa, a MEF como referencial a adotar;
- 3) Quatro das teses identificam claramente a teoria sistémica como forma de compreender o contexto de produção original, aí incluindo o estudo orgânico-funcional;
- 4) Na FLUP e na FCSH da UNL as dissertações aplicam todas a classificação orgânico-funcional, na FLUL duas dissertações escolhem a classificação funcional (precisamente as de arquivos em fase ativa) enquanto as restantes apresentam a classificação orgânico-funcional.

Conclusões

As diretrizes da DGLAB no que respeita à MEF/LC não contemplam a classificação em arquivos passivos, de informação organizacional não tratada ou que já se encontre em conservação permanente nos designados arquivos históricos.

A produção académica, na sua maioria versando os arquivos definitivos, reconhece que é fundamental conhecer a estrutura orgânica e funcional da instituição produtora de informação para a compreensão dos seus fluxos informacionais. Para essa concretização é necessário: o levantamento dos órgãos que compõem a instituição e as funções respetivas para contextualização das séries produzidas por cada um deles. Esta identificação possibilita, por um lado, proceder à contextualização do desenvolvimento da instituição e, por outro, à validação (ou não) da postulação teórica e prática que se propõe adotar.

Verifica-se, pois, uma dissonância entre as políticas da tutela e a produção académica: as primeiras, pragmáticas, vocacionadas para os arquivos ativos, e a segunda com aplicação teórica em arquivos inativos. Isto resulta numa ausência de visão sistémica da informação, sobretudo em arquivos de conservação permanente, hoje ativos, amanhã inativos, com abordagens científico-práticas diferenciadas e não complementares, desenhadas e aplicadas de acordo com a “idade dos documentos”.

Referências:

DGLAB (2013). Macroestrutura funcional (MEF) Disponível em:

http://www.adporto.dglab.gov.pt/ficheiros_a_descarregar/2013-03-28_MEF-v2_0.pdf

DGLAB (2014). Plano de Classificação da Informação Arquivística para a

Administração Local: versão 0.2) Disponível em: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/PC_AL_2014_01_311.pdf

Lourenço, A. Ramalho, J. C., Gago, R. e Penteado, Pedro (2018). Plataforma M51-CLAV: o que há de novo?. Albergaria-a-Velha, 1ª Conferência Internacional de Gestão da Informação e Arquivos (CIGIA). Disponível aqui: https://www.bad.pt/eventos/wp-content/uploads/2018/01/CIGIA_COM_01.pdf

Mariz, J. (1992). Arquivos municipais: proposta de um Quadro de Classificação. In Actas do 2º Encontro Nacional de Arquivos Municipais. Lisboa: BAD. pp. 143-154.

Ribeiro, F. (2013). O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In: Atas Informação e/ou Conhecimento: As Duas Faces de Jano. I Congresso ISKO Espanha e Portugal XI Congreso ISKO España. 7 a 9 de novembro. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto CETAC.MEDIA, 528-539. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69659/2/fernandaribeirousoclassificacao000212002.pdf>

Ribeiro, F. (1998). A classificação em arquivos: processo natural ou arranjo a posteriori?. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. N.º 2, 119-126.

Sabourin, Paul (2001). Constructing a Function-Based Records Classification System: Business Activity Structure Classification System". *Archivaria*. N.º 51, 137-155.

Silva, A. M. da (1996). Mariz, José (coord.). Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995-1996, 3 vols. *Cadernos de Estudos Municipais*. Braga: Arquivo Distrital de Braga, 1995-1996, 167-171.